

A CIDADE INDESEJADA: A
PERMANÊNCIA PROVINCIANA NA
CIDADE DE MOSSORÓ (1908-1928).

IONARA RAFAELA COSTA DE OLIVEIRA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
ionara_r_costa@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo observou-se também as permanências dos costumes rurais no cotidiano de Mossoró, como também as burlas e a inadequação dos diversos segmentos sociais da população. Investigou-se as reclamações de animais soltos nas ruas, o choque com a nudez do banho e a inadimplência da população com a empresa que fornecia a eletricidade. Questionando como a população experimentou o moderno a sua maneira. O corpus documental é composto por Atas da Intendência Municipal, Relatórios dos Intendentes, Resoluções Municipais e Código de Posturas, além, da análise de Jornal “O Mossoroense”.

Palavras-chave: Cidade-Cotidiano; Modernidade; Mossoró.

THE UNWELCOME CITY: A
PROGRESS THAT NEVER CAME TO
MOSSORÓ CITY (1908- 1928).

IONARA RAFAELA COSTA DE OLIVEIRA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
ionara_r_costa@hotmail.com

ABSTRACT

This article was also observed the permanence of rural customs in the daily life of Mossoró, as well as the cheats and the inadequacy of the various social segments of the population. We investigated the complaints of animals being released on the streets, the clash with the nudity of the bath and the default of the population with the company that supplied the electricity. Questioning how the population has experienced the modern in its own way. The documental corpus is composed by Minutes of the Municipal Intendance, Reports of the Intendants, Municipal Resolutions and Code of Postures, in addition to the analysis of the newspaper “O Mossoroense”.

Keywords: City; Daily; Modernity; Mossoró.

INTRODUÇÃO

A projeção da luz não toca todos os lugares, restando apenas as sombras. Torna-se impossível estabelecer leis e regulamentos que não sofram burlas, ou que planejamentos sejam seguidos à risca por todos. Na passagem do século XIX para o século XX, algumas cidades modificaram sua infraestrutura em busca do progresso e impulsionaram comportamentos sofisticados e moralistas. Contudo, não se deve concluir que essas mudanças alcançaram a todos de maneira homogênea. As pessoas sentiram e pensaram essas novidades de maneira diferente ou estavam indiferentes. No cotidiano cada um construía sua maneira de vivenciar o moderno.

Distante do que seria a cidade idealizada, Mossoró sonhava com a opulência do progresso, enquanto ela mesma vacilava num caminhar “bêbado” pelas vias de seu projeto. Inegável que Mossoró possuía elementos que representavam o moderno, alguns saberes do higienismo eram utilizados e, principalmente, uma elite buscava compartilhar a sofisticação do viver moderno. Contudo, somente isso seria o bastante para se afirmar que Mossoró progredia? Permanecia na população da cidade marcas dos costumes que dificultavam a implantação do moderno,¹ hábitos que não se foram num primeiro momento. A cidade de Mossoró pretendia ser uma cidade ordeira, habitantes considerados desordeiros precisavam se enquadrar. Pois, certos costumes e lugares foram associados a práticas perniciosas, como discute Izídio (2016):

E como a cidade é formada pela composição de múltiplos territórios, relacionados a sujeitos em práticas sociais e culturais, alguns territórios, ou ainda, algumas práticas e hábitos foram classificados como perniciosos e tentou-se amputar – pelo menos, desde o final do século XIX – costumes e lugares que se apresentassem como a um empecilho civilizador e moderno. (IZÍDIO, 2016; P. 66)

Entra em jogo a sutileza e a esperteza da população pobre, que tecem suas teias aos poucos e vão constituindo o cotidiano em Mossoró nas primeiras décadas do século XX. Nesse jogo, a população multiplica suas chances de resistência e de vivenciar o moderno por meio das burlas ao planejamento estabelecido pelos grupos mais abastados. Ao olhar desses, as resistências se tornam signo de inadequação, logo, torna-se relevante analisar essas resistências cotidianas e espontâneas.

O conceito de cotidiano, segundo Michel de Certeau, inventa-se de mil maneiras de caça não autorizada, sendo assim, é composto por operações ou práticas que consistem na astúcia do mais “fraco” em empregar os produtos de uma ordem econômica, e dar golpes no campo do outro, as artes e maneiras de fazer de “consumidores” com o que lhe é imposto. Para Certeau (1998), o cotidiano pode ser apreendido nas práticas corriqueiras, por sua maioria do tipo tático, do homem ordinário ou sem qualidade, quando se perscruta no seu caminhar, ler, cozinhar e falar, as maneiras de fazer destes com que foi estabelecido pela ordem.

As pessoas vivem cada dia à sua maneira, essas podem escolher, acatar, omitir, resistir e transgredir. O cotidiano se edifica de formas diferentes. Parte da população mossoroense se encantou com as novidades da modernização, a luz elétrica ou os automóveis. Mas essas e outras inovações passaram por um processo de apropriação pelos mossoroenses que usavam tais itens de acordo com suas vivências e possibilidades.

¹ O Moderno foi pensado neste estudo como uma ruptura com o dogmático tradicional e a valorização do dogma do progresso. Logo, o novo em detrimento do antigo.

Entre os construtores do cotidiano, estão os considerados desviantes. Assim denominados por não corresponderem à representação do real criado pelos grupos dominantes. Como estratégia das elites, os desviantes podem ser rechaçados ou sua presença ser negligenciada no meio social.

As burlas da população preocupavam os grupos mais abastados, foram constantes nesse período mecanismos que aplicavam a disciplina e críticas aos hábitos da população pobre. Os grupos mais abastados ansiavam por vivenciar os benefícios do moderno, mas para a população pobre os benefícios das modificações poderiam estar além do seu entendimento, e também do seu usufruto, pois quando não se tem como usufruir, se tem dificuldade de produzir entendimento. Assim levantando a questão, como a população experimentou o moderno a sua maneira?

A Mossoró indesejada pelos grupos mais abastados estava presente nos hábitos da população, incluindo os participantes desses grupos que buscavam compartilhar o moderno na cidade, até porque a educação formal não era fator fundamental para se ter estabilidade financeira. Observa-se como Mossoró carregava permanências nos costumes que remetiam aos costumes rurais. A população tinha dificuldades para se adequar ao novo, a forma como o cotidiano da cidade foi vivenciado por seus habitantes deixava mais aparente essa inadequação com viver moderno.

A cidade desejada se projeta na operação de transformação da cidade “real” na cidade “ideal” por meio de ações baseadas no cientificismo, pelo mito do progresso e pelo modelo estético utilizado em alguns centros urbanos brasileiros. Na projeção da cidade desejada os grupos mais abastados assumem a função de gerenciar o planejamento das ações, no tocante aos planos urbanísticos, de higiene e disciplinares (PESAVENTO, 2015; 380). Por ser antes de tudo um ideal, a cidade desejada que respirava nos planos e ações das elites, ainda era sufocada pela cidade vivenciada, torna-se visível, e que ameaçava as expectativas das elites.

A AVERSÃO AO PROVINCIANO

Era a Mossoró indesejada, que resistia aos planos dos grupos dirigentes em materializar uma cidade moderna, apesar das mudanças urbanas, havia continuidades no cotidiano dos habitantes. Ruas desalinhadas, casebres de madeira, hábitos da população considerados impróprios de serem praticados na área urbana. Os melhoramentos urbanos acrescentam algo novo, mas não significam rupturas imediatas.

Apesar de grupos mais abastados procurarem implantar um cenário moderno, as marcas das permanências dos costumes rurais em Mossoró ainda eram fortes e incômodas. Dai a necessidade de um projeto sistemático que resolvesse o problema. A gênese desse projeto “transformador” era a exclusão da população pobre e suas práticas cotidianas (OLIVEIRA, 2017; 76). As pequenas zonas ou situações da cidade que aspiravam ares da modernidade tão desejada pelas elites conflitavam com quase toda a Mossoró, indesejada, mas presente na forma como era vivenciado o espaço urbano pela maioria dos cidadãos, como pode ser visto nessa passagem:

Fiscalização (sic)

Este ramo de serviço municipal muito se ressentia da atividade de um fiscal que cumpra com o seu dever.

As nossas ruas dão uma ideia do desleixo ou falta de importância que se liga a fiscalização todas cheias de pedras e tijolos, papeis, taboas e latas velhas, uma vez que não é tomada a providencia alguma neste sentido, ao mesmo tempo se privando a passagem dos comboios pelas ruas mais publicas da cidade, que mais se assemelham ao interior de uma estribaria do que a uma praça de comércio, tão prospera e florescente. (JORNAL O MOSSOROENSE, ANO DE 1909)

A passagem acima era uma reclamação à intendência pela falta de fiscalização nas ruas, instituições e espaços públicos. Levado em consideração o teor acentuado da reclamação, pode-se observar como as ruas de Mossoró eram sujas a ponto de ser comparadas a uma estribaria. Por conseguinte, a promoção de uma cidade progressista feita pelas elites era questionável. As ruas com entulho e sujeira iam de encontro à projeção do moderno em Mossoró. A cidade que buscava planejar a construção de suas ruas era a mesma que convivia com a sujeira.

Na produção do cotidiano a população mossoroense se utiliza de operações de tipo táticas, que se referem a “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (CERTEAU, Op.cit; 100). Na falta de um lugar de gestão de ação, as táticas eram operações realizadas no campo do outro. Assim, as práticas táticas não têm um próprio estabelecido. As táticas são a reapropriação dos produtos da fabricação racionalizada, logo, a resistência planejada ou não, as burlas, as astúcias dos consumidores, que agem a partir de um não-lugar, se aproveitando golpe a golpe do espaço oferecido pela estratégia. Criar porcos dentro de casa, jumentos soltos pastando pela cidade e tomar banho nu em aguadas públicas estavam entre mil maneiras de fazer da população mossoroense, que se adaptava e se apropriava das novidades a seu modo.

Os traços dos costumes influenciavam no cotidiano mossoroense, as ações da população eram moldadas por permanências compartilhadas, era inegável a sociabilização de hábitos que remetiam aos costumes provincianos, mas tornavam aparente uma mentalidade que era vivenciada e sentida no presente. Logo, os costumes podem ser interpretados como elementos de uma mentalidade, fatores geradores de subjetividade, de legitimação de algo em comum que sofre influências sociais, culturais e de relações de poder. (THOMPSON, 1998. 14)

De certo, Mossoró carregava rastros do rural em seu cotidiano e nos seus costumes. Como signo do atraso, o rural era perceptível na infraestrutura da cidade, e nos comportamentos dos cidadãos. Exemplo disso era a facilidade em encontrar animais pastando pelas ruas da cidade, gerando incômodo aos grupos mais abastados.

Porcos e jumentos vagavam pelas ruas da cidade, motivo de preocupação para a elite, pois esses animais poderiam provocar sujeira com suas fezes e arruinar os jardins na cidade, logo, preocupações de teor higiênico e estético. O jornal *O Mossoroense* exerceu o papel de sensor das práticas não condizentes com a modernidade. *O Mossoroense* estava em linha tênue entre divulgar o progresso de maneira otimista, mas apresentar críticas, estabelecendo modelos do “não ser” ou “não seguir” (OLIVEIRA, 2017; 76). Esse papel de sensor é notado nas reclamações avisos sobre o caso dos porcos e jumentos que vagavam pelas ruas.

AVISO

De ordem superior avizo a quem interessar possa que serão executados diária e nocturnamete as posturas Municipaes relativas aos animaes cavallares, suínos, caprinos e jumentos soltos ou apeiados que forem encontrados pastando na Cidade na cidade nova.

CODIGO DE POSTURAS- “Art. 80- E’ proibido expressamente a criação de porcos no bairro da cidade

§1º os infratores pagarão a multa de 5:000 a 10:000 por cada suíno encontrado em muros e quintaes e 3:000 a 5:000 nas ruas e praças e o dobro nas reincidências” [...] (JORNAL O MOSSOROENSE, 09-05-1917)

O Mossoroense tomou o posicionamento de informar e vigiar os hábitos da população. A transcrição de artigos do código de posturas que tratam de regular a criação de animais, principalmente de porcos, por parte do jornal se tratava de uma estratégia, pois manteria a população informada e desmerecia seus hábitos. Era um duplo sinal de alerta, que usava as leis do Código de Posturas como legitimação do propósito de disciplinar a população.

O Código de Posturas de Mossoró foi formulado no ano 1908. Observa-se que os problemas causados por animais, pastando soltos nas zonas centrais da Cidade, que datam desde esse período. No artigo 80º do Código de Posturas² foi proibida a criação de porcos no bairro da Cidade, o bairro da cidade encontrava-se numa importante zona central, área de sociabilização do viver moderno pela elite. A imagem de porcos vagando na zona central da Cidade era contraponto da imagem de uma Mossoró progressista e moderna.

Por mais que se propagasse a imagem do progresso do cenário urbano, no cotidiano dos cidadãos alguns costumes que eram considerados rurais ainda eram frequentes: jumentos soltos na rua causavam indignação, e por que não dizer, preocupação aos grupos mais abastados que buscavam projetar o viver moderno. Tal preocupação pode ser analisada nesta passagem do jornal:

ERA SÓ O QUE FALTAVA...

Como já não sejam suficientes as múltiplas irregularidades que diariamente aqui se dão, está no rigor da moda, os jumentos entraram no estabelecimentos e até nas próprias casas de famílias, se escoceando, como tivemos occasião de presenciar de nossas oficinas que, também mereceu a subida honra de tão agradável visita. Effectivamente a culpa não é dos pobres animaes, e sim da Ille. Intendencia que os mantem soltos em plena rua, em desacordo com as bonitas teorias de seu Codigo de Posturas. Lastimamos que a nossa velha cidade se veja transformada em estribaria de animaes se os poderes dirigentes do Municipio não lançarem um olhar compassivo e misericordioso para factos em idénticas circumstancias que tanto depõem contra o nosso adiantamento. (JORNAL O MOSSOROENSE, 19-07-1910)

Os jumentos representavam o atraso, por seu ritmo lento, o contraponto ao ritmo acelerado dos automóveis, do trem e de outros veículos que surgiram nesse período, e ainda poderiam sujar a cidade com fezes e urina, tornando o espaço urbano insalubre e feio. Segundo o jornal, caso Mossoró continuasse a ter jumentos soltos nas ruas estaria indo contra o progresso. Mas há algo que precisa ser observado quanto a essa mesma edição de *O Mossoroense*, quando era noticiada a aquisição pela Casa Tertuliano Fernandes & Cia: “O automóvel, que já há mezes começou a tentativa de inicio de seu trafego, teve a desdita de parar algumas peças de sua machina, que em breve estarão reparadas” (Ibid).

A chegada de automóveis representava o alinhamento com o viver moderno, então, jumentos pastando nas ruas seria uma contradição à imagem do progresso proporcionada pelos veículos automotores. A crítica do jornal ganhava formas de combate a esse costume. Contudo, se deve problematizar esse embate entre o moderno e a tradição. O moderno

2 Em 1908 foi formulado um Código de Posturas do município de Mossoró.

tinha rapidez como característica, mas demorava a se instalar em determinado local. Em contraponto, a tradição que representava a lentidão, se reproduzia rapidamente. A pouca circulação de riqueza, porém, fazia com que a maioria da população não pudesse possuir automóvel, o costume da criação de jumentos teve dissolução lenta. O fato de automóveis trafegarem pela cidade não eliminou formas anteriores de locomoção.

Tão incômodo quanto animais de grande porte soltos nas ruas, a nudez dos banhistas do Poço das Pedras foi motivo de preocupação da elite mossoroense. Na cidade era o cenário para os habitantes experimentassem suas próprias vivências e ressignificassem estes valores atribuídos pelo viver moderno. A nudez foi bastante combatida e criticada pelos sujeitos que buscavam projetar o moderno em Mossoró, um dos casos mais discutidos nas primeiras décadas do século XX foi o banho público no Poço das Pedras:

POÇO DAS PEDRAS

Chamamos a esclarecida atenção da Ille. Edilidade para que lance suas vistas para o banho do poço das pedras, evitando o escândalo que diariamente ali é presenciado pelos moradores das casas que ficam confronte a este.

Seria conveniente que a Intendencia construísse um paredão de 6 ou 7 palmos, com o que despendera uns 200\$000 ou 300\$000, serviço este que seria preferível as cercas, de pouca duração que ali se tem feito, talvez com mais dispêndio para os cofres municipaes, evitando assim a continuação de uma cousa que tanto depõe contra a proverbial moralidade de nossa velha cidade.

Pela escassez de agua para banhos, nesta cidade, seria um absurdo prohibir-se o banho no "Poço de Pedras", de tão decantadas tradições e incontestavelmente de muita utilidade entre nós.

Faça-se o serviço que indicamos e terá a Ille. Edilidade resolvido um grande problema, na serie de melhoramentos com que vez por outra vai dotando este município. (JORNAL O MOSSOROENSE, 29-06-1909)

O banho público ao ar livre era reconhecidamente necessário para a população pobre de Mossoró, a escassez de água tornava tolerável essa prática considerada inadequada. Aqueles que moravam nas proximidades do Poço das Pedras se sentiam prejudicados por assistirem essa prática indesejável, gerando vários pedidos às autoridades municipais para que a nudez dos banhistas fosse evitada de ser vista. Na busca da aproximação com o modelo de civilização, aquilo que era repugnante foi segredado, levado para longe das vistas das pessoas (ELIAS, 1994; 128). Em contraponto, estava a necessidade da população em tomar banho no Poço das Pedras por motivos de escassez de água na cidade.

As reclamações sobre o banho público no Poço das Pedras se estendeu por anos. O banho público no Poço das Pedras foi estabelecido no Código de Posturas do Município, onde no artigo 84º, ficava permitido o banho público do povo nas águas do Poço das Pedras. A permissão por parte da intendência Municipal do banho público no poço das pedras, era necessária para atender a demanda da falta de água, no que se refere à escassez de água e de um sistema de água encanada na cidade. O banho do Poço das Pedras surge como uma solução, diferentemente, do que anos depois se tornou um problema.

É interessante pensar como o banho público escandalizava e promovia nos círculos sociais mais abastados tanta indignação. Era do conhecimento por partes autoridades municipais que a cidade passava por uma escassez de água, e que o banho público no Poço das Pedras atendia a necessidade da população pobre de banhar-se (FILGUEIRA FILHO,

Et.alii, 1980; 49-50). Quais eram as questões que eram mais perturbadoras nesse caso, a nudez maculando a honra das famílias? Os rigorosos valores morais do período? O corpo visto como profano? De certo, os moradores das proximidades do Poço das pedras pediam providências junto à Intendência:

Melhoramentos Municipaes

Continuam a nos chegar pedidos dos moradores da Rua Cel. Gurgel e Av. Beira-Rio, a fim de intervirnos perante o honrado administrados do Município- Major Cavalcante, para que se tore em realidade, com a urgência que o caso requer, a construção do paredão no banho do poço das pedras, obra que se impõe para moralização de uma grade parte da nossa velha cidade, evitado que sejam presenciadas pelos olhos castos das famílias que rezidem naquelas adjacências, as scenas escandalosas que diariamente ali se dão.

Há muito que reclamamos da Intendencia a execução desta obra, mas, infelizmente os nossos rogos não tem encontrado guarida nos corações endurecidos de seus dignos membros, ou então, propositadamente não querem attendel-os. (JORNAL O MOSSOROENSE, 28-02-1910)

Por parte das famílias castas da cidade era pedida a construção de um muro, que não impediria o banho público no Poço das Pedras, mas, que ocultaria a nudez dos banhistas. Visto como uma melhoria para a cidade, a construção do muro combateria a imoralidade dos banhistas, ao mesmo tempo pode ser vista como demonstração de conservadorismo e moralismo. Uma cidade que busca ser civilizada não poderia aceitar cenas de nudez explicita.

Vale salientar que nesse período a rigidez contra a nudez foi cessando, as imensas quantidades de tecido nas roupas foram, aos poucos, diminuindo. Era o fim das luvas, dos véus, dos chapéus. O corpo, nas décadas iniciais do século XX, deixou de ter papel secundário, a prática de exercícios e o exibicionismo ganharam espaço. Revistas, cinema e casas de espetáculos promoveram um novo olhar sobre a nudez, principalmente a feminina, como afirma Mary Del Priori, “O sucesso do Rio Nu era garantido por imagens de nudez feminina. Nudez que não era mais sinônimo de pobreza, mas de lubricidade, insistentemente sugerida em fotos e palavras.” (DEL PRIORE, 2017; 97)

Contudo, prevalecia em Mossoró costumes que remetiam ao moralismo, a camada mais rica encabeçava e pensava as características conservadoras. A nudez ligada ao banho do Poço das Pedras era tolerada por uma necessidade, ocasionada pela escassez de água. A honra e a moral eram tidas como constituidoras da boa fama das famílias, pois aqueles que quisessem ser condizentes com o modo de viver dito moderno deveriam zelar pelos bons costumes. A nudez vista de maneira glamourizada não corresponde com o cotidiano de Mossoró. Se as roupas que sempre foram elementos de distinção, a nudez também exercia esse papel, pois exhibir algumas partes do corpo, mesmo que sem querer, poderia ser a condenação de uma jovem à má fama.

A população mossoroense, principalmente a parcela mais rica, carregava características conservadoras, na projeção de Mossoró como uma cidade moderna, banheiros públicos deixados à vista para parte de sua população era um descompasso no caminho traçado. O muro do poço das pedras torna-se item de primeira ordem para a cidade e seus habitantes, sendo atestado no relatório do triênio de 1908-1910 pelo presidente da Intendência Antônio Soares do Couto:

Paredão do Poço das Pedras

Há muito como medida bemfazeja ao decôro pública, era solicitado com assistência desta municipalidade a construção sólida desta obra. E, a Intendencia compenetrada dos deveres de sua nobre instituição, teve de atender os apêlos que, em nome de seus municipais lhe foram feitos por repetidas vezes, mandando construir à margem esquerda daquele logradouro público, o paredão de alvenaria que ali se acha, onde já tivera outros de madeiras mandado fazer por ela e que foram carregados pelas enchentes dos rio. A verba despedida com o mesmo se verá, sob o mesmo titulo, constante balanço anexo. (FILGUEIRA FILHO, et alii, Op. Cit.; 47.)

A intendência atendeu aos apelos da população quando mandou construir o paredão, com o intuito de impedir que a nudez dos banhistas fosse vista. O pudor das famílias castas da redondeza estava por enquanto preservado. Na passagem acima vê-se que o muro não era uma ideia recente e que os moradores da redondeza a muito buscavam alternativas para impedir a visibilidade da nudez dos banhistas, como por exemplo a construção de muros de madeiras, que acabavam sendo levados pela água.

A construção do muro em frente ao Poço das Pedras não seria garantia de que o problema da nudez dos banhistas seria resolvido, o muro dificultava ver banhistas nus, mas não assegurava que estes banhistas poderiam burlar regras e se banhar em áreas que o muro não alcançasse, ou ainda a eficácia do muro não se estendesse para todo o poço. A efetividade do sucesso do muro é questionada pela resolução nº 39 (Ibid), que proibia o banho público depois das cinco horas da manhã nas áreas que iam do Poço das Pedras até a barragem, podendo gerar multa ou cinco dias de prisão ao infrator dessa resolução. Assim, a estratégia não totalmente estática, pois o poder público se desdobra diante dos próprios planos, criando alternativas para aumentar a probabilidade da eficácia de seus projetos.

LUZ ELÉTRICA ENCRENCADA

A eletricidade foi mais um dos símbolos da modernidade que passou por turbulências em Mossoró: o alto custo de manutenção dos equipamentos da usina geradora de energia elétrica; os problemas enfrentados com as interrupções do fornecimento de energia, que eram causados por falhas nos equipamentos; e ainda, a inadimplência recorrente dos seus consumidores, uma das principais reclamações da “Empresa Força, luz e melhoramento de Mossoró”.

A eletricidade, nas primeiras décadas do século XX, simbolizava o progresso condizente com as ideias de civilização. A luz elétrica era o triunfo do homem sobre a natureza, era o triunfo da ciência e da técnica (ANDRADE, 2009; 24). A eletricidade trouxe alguns benefícios como o prolongamento da vida noturna e a instalação de fábricas. Além disso, a novidade da energia elétrica era aliada de maneira mais plena que as outras novidades, simbolismo e vida cotidiana:

A eletricidade chegou como símbolo de progresso em consonância com ideais de civilização. A luz elétrica cria beleza onde não existe. Lugares comuns podem tornar-se fascinantes à noite, pontilhados por luzes coloridas. Desse modo, a energia elétrica foi destaque nos salões das exposições universais. Nas cidades, ela atestava o moderno, seduzia; as residências em que ela se fazia presente eram tidas como as mais confortáveis, as mais modernas. (Ibid; 26)

O desejo dos grupos mais abastados em ter a energia elétrica como uma das melhorias

era antigo. Destaca-se o requerimento, em 1912, dos comerciantes Miguel Fausto do Monte, José Miguel Fausto do Monte e Antonio Soares do Couto, para a concessão do privilégio de montar na cidade, no prazo de 2 anos, uma usina de energia elétrica com o intuito de fornecer iluminação pública e particular, bondes elétricos, energia para fortalecer as indústrias, entre tantas outras coisas, como por exemplo, uma fábrica de gelo. Aos três comerciantes foi concedido o seu pedido de montar uma usina de energia elétrica, mas a proposta não saiu do papel, o contrato entre intendência e os comerciantes não foi assinado.³

Em 1916, a Intendência Municipal firma um contrato de concessão do privilégio para gerenciar a energia elétrica com a Sociedade Anônima “Empreza Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, pertencente a Miguel Fausto do Monte, José Miguel Fausto do Monte e Antonio Soares do Couto. Diferentemente do montante das atribuições pretendidas em 1912, os representantes da “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” se responsabilizaram em montar usinas de força e tração elétrica para fornecer energia pública e particular. Mesmo que com uma potência pequena comparada aos dias de hoje. A eletricidade poderia proporcionar o advento de estender as atividades noturnas na cidade, como ainda a energia elétrica proporcionava não só melhoramentos nas ruas, mas nas casas de quem pudesse adquirir este benefício.

Existia uma proximidade entre a Intendência Municipal e os representantes da empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, afinal esses últimos eram os principais credores da municipalidade. Mas, no tocante ao contrato firmado entre a instituição e a empresa são proximidades notáveis, como a cláusula trigésima segunda do contrato que estabelece que a empresa fica isenta de pagar impostos municipais por tempo indeterminado (FILGUEIRA FILHO, et alii, Op. Cit.; 166). Nessa ligação entre a municipalidade e a empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, ressalte-se que a Intendência Municipal não contratou a “Empreza Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, a municipalidade concedeu o direito dessa empresa em montar uma usina e fornecer iluminação pública. Assim não existia a relação de comandante e comandado entre ambas. Todavia, a isenção dos impostos municipais para empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” dava ao contrato de fornecimento de energia um tom de acordo entre parceiros. Tornando visível a inexistência de uma fronteira entre o público e o privado no âmbito da administração pública.

A empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” enfrentou problemas para fornecer a iluminação pública e particular, houve falhas nos motores da usina que ocasionaram a suspensão do fornecimento de energia elétrica por alguns dias. Outro exemplo de lapso, no uso da eletricidade era utilização da iluminação a querosene na área longínqua da usina, ou pouca potência dos geradores no fornecimento. Os equipamentos da usina requeriam muitos cuidados, logo, investimentos financeiros que eram escassos por parte da empresa. Como foi mencionado nesta reportagem:

APELLO

A sociedade Anonyma “Força, Luz e Melhoramentos”, julga de necessidade vir em publico, perante os habitantes desta cidade, seus dirigentes, e os consumidores de Luz Electrica, fazer patente as dificuldades financeiras por que tem a travessado esta Empresa, e pedir a boa vontade de todos para a vida e duração de uma instituição que è tão útil a esta cidade.

³ Conferir na Ata da câmara de intendentes de Mossoró do 30/12/1912. IN: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ (1905-1918). IN: ROSADO, Vingt-un (ORG). Boletim Bibliográfico- Ano III, Nº 39, Mossoró- RN: Coleção Mossoroense, 1957.

A gerencia não tem poupado esforços e despesas para manter um serviço quase perfeito, como o que se observa, tendo a se registrar apenas raros incidentes passageiros no decurso do anno findo, incidentes que tem sido sempre inherentes e inevitáveis a qualquer machinismo, isso a despeito da falta mundial de material e irregularidade nos transportes mesmos. [...]

E' impossível a continuação da empresa carregada de déficits constantes.

A sua única receita é o fornecimento de luz, que deve ser o preço correspondente a actualidade, com pagamentos pontuaes, não somente da luz, como do material para as instalações, cujo empate está importando em ônus bem serio para Empresa. Cabe aos homens darem braço forte a Empresa para que não passem pelo dissabor dela fechar-se, firmada no principio de que o espirito de Mossoró, não está educado para receber um melhoramento de utilidade real, como a luz electrica, prenuncio de outros tatos melhoramentos. (JORNAL O MOSSOROENSE, 26-02-1919)

A empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” faz um apelo à população mossoroense, mostrando as dificuldades financeiras que estava enfrentando. Nesse apelo, a empresa relata sobre a situação financeira e pede apoio do grupo dirigente e dos consumidores de energia elétrica. À esses últimos foram atribuídas duras críticas pela alta inadimplência com os pagamentos do fornecimento de energia. Os consumidores de energia elétrica são ditos pela empresa como despreparados para as melhorias que chegavam na cidade, como a energia elétrica.⁴

As dificuldades financeiras da “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” tornam-se recorrentes. Em todo período⁵ que esteve à frente do fornecimento de energia elétrica para Mossoró, a empresa tinha problemas em trazer novos equipamentos e se manter em funcionamento. A crise financeira enfrentada pela “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” deve-se, em parte, aos resquícios da primeira Guerra Mundial na economia, à desvalorização da moeda na bolsa de valores e ao fechamento de algumas fábricas. As dificuldades financeiras eram a justificativa da empresa para aumentar frequentemente os preços do fornecimento, e energia elétrica e a falta de aprimoramentos de seu maquinário.

O reajuste de preço ocorria de acordo com valores inflacionários ou deflacionários, que tangiam a Intendência e os demais consumidores. Um exemplo ocorreu em 1918, quando foi realizado para a Câmara dos Intendentes o pedido de revisão de preços da energia particular, por parte da “Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró”. Com aprovação do pedido pelos intendentes, houve o aumento da tabela de preço de fornecimento de energia particular, e ainda, o incentivo à instalação de contadores de energia, que segundo os representantes da empresa também tinha um bom preço.

Entre as justificativas dos representantes para o aumento de preço estava a crise econômica decorrente da primeira Guerra Mundial. Alterações desses preços atenderiam às demandas financeiras da empresa quanto ao aprimoramento dos equipamentos da usina. Foi essa justificativa mencionada pelos representantes. A modernização do maquinário aumentaria a potência dos geradores, logo, atingido um maior número de domicílios.

Mas o descontentamento com fornecimento de iluminação pública e particular estava crescendo. A intendência Municipal e os consumidores não estavam satisfeitos com a qualidade do serviço oferecido, e a “Empresa Força, Luz e melhoramentos de Mossoró” se queixava de faltas de pagamentos dos consumidores, considerando esses indivíduos como

4 Acrescenta-se a isso alguns casos de ligações de correntes elétricas clandestinas feitas de um domicilio para outro.

5 Entre os anos de 1916 até 1926.

merecedores dessa melhoria:

EMPRESA “FORÇA, LUZ E MELHORAMENTOS DE MOSSORÓ”

(SOCIEDADE ANONYMA)

SÉDE- RIO DE JANEIRO

CIRCULAR

Exmo. Snr.

Quem diz a verdade orienta ao que desconhece e cumpre um dever. Vamos fallar sobre a empresa “Força luz e Melhoramentos de Mossoró”, com sede no Rio de Janeiro. Nas vésperas da organização desta Empresa rebentou a Guerra Europèa, surgiram aas dificuldades conhecidas por todos. O seu contracto fora feito na base do preço da caixa de óleo crú combustível de 10\$000, preço que veio subindo até 29\$000. Dahi è fácil calcular o sacrificio que a melhor for. [...] Dahi o atrazo de pagamento continuar como vae se desejavel pontualidade dos contribuintes virà acontecer em Mossoró couza, diferente das outras cidades, isto é: A luz se desligará legalmente até que os contribuintes se disponham a pagar com pontualidade, provando que estão aptos a receberem o melhoramento e conforto da luz electrica e dando a demonstração de compreender que a única fonte de receita da Empresa, provem do pagamento da luz que fornece ao publico. Este deixando de pagar é porque não se acha em estado de receber esse melhoramento. (JORNAL O MOSSOROENSE, 20-11-1920)

Nesta circular emitida pela empresa “Empreza Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró”, há a resposta às queixas e questões levantadas sobre a energia elétrica em Mossoró. A empresa buscou explicar as dificuldades financeiras pelas quais estava passando, muito por causa da crise econômica ocasionada pela primeira Guerra Mundial (1914-1918), e por isso fazia um esforço financeiro para manter a usina em funcionamento e continuar fornecendo energia elétrica para a cidade.

A empresa faz cobranças a seus consumidores, pelo atraso do pagamento do fornecimento de luz elétrica. Ainda ameaça desligar a luz de quem não efetuasse o pagamento, acusando os consumidores de serem despreparados para tal melhoria e de não estarem acompanhando o progresso da cidade. A eletricidade, símbolo do moderno desejado pelas elites das cidades brasileiras, que enfrentava problemas de adaptação da população, era para poucos, pois custava caro e, em alguns casos, o que ocorria era bastante inadimplência dos que a consumiam. Ou seja, será que apenas os pobres não estariam preparados para um serviço público desse tipo, com esse tipo de taxaço?

A aquisição da eletricidade foi feita por alguns habitantes de Mossoró, mas o que se pode tirar desta citação foi a inadequação dos moradores da cidade ao sistema de cobrança dos serviços de eletricidade, comprovando que o interessante era possuir energia elétrica em seu domicílio. Não se preocupando, portanto, de como se iria consegui-la. O aviso da empresa também mostra um fator agravante para moral republicana: obter vantagem e enganar a ordem vigente.

Questionam-se os motivos que levavam parte da população a cometer inadimplência ao serviço de energia elétrica domiciliar. A instalação dos equipamentos ficava por conta do consumidor. Os valores cobrados não eram exorbitantes para o período,⁶ por exemplo, o salário de um secretário municipal da Intendência poderia girar em torno de um milhão

⁶ As taxaçoes de preço variavam de acordo com a potência de cada lâmpada, o valor pedido ficava entre três mil reis até trinta e cinco mil reais por cada lâmpada instalada em cada domicilio. E ainda havia a opção de pagamento através de medidor, em que se pagavam oitocentos reis por quilowatts hora, assegurando o pagamento de oito mil reis mensais.

e duzentos reis. Pode-se cogitar, que a inadimplência estivesse ligada a falta de hábito dos consumidores em pagar os serviços prestados pelos órgãos públicos, decorrente da confluência entre o público e o privado.

Do outro lado estava a insatisfação da população mossoroense com o serviço de energia elétrica, como pode se perceber neste poema assinado por “Zé Alegre”⁷:

SEM LUZ
Se a luz elétrica *encrencada*
Fosse da Intendencia d’agora,
Que grita! que trovoadas!
Cá pra dentro, lá por fora!...

Como não é, felizmente!
Ninguém nas trevas se veixe,
Pague o cobre mensalmente,
E agradeça e se queixe!

ZÉ ALEGRE
(JORNAL O MOSSOROENSE, 21-11-1919)

O poema em tom de crítica faz reclamação sobre a cobrança dos serviços de eletricidade, como também faz crítica a energia elétrica oferecida ao tratar dessa como “a luz elétrica *encrencada*” (Ibid), ou seja, havia problemas no fornecimento de energia, mas o que importava era o pagamento dos serviços de energia elétrica, sem pensar na qualidade oferecida. “Zé Alegre” representava o desagrado dos consumidores com fornecimento da energia elétrica.

Os problemas com o fornecimento da energia elétrica perduram durante vários anos. Outras empresas estiveram à frente da organização da iluminação pública e particular, como “Companhia Anônima Força, Luz e melhoramentos de Mossoró”, pertencendo à municipalidade em 1926; e a empresa “Mossoró, Luz e força Limitada”, que firmou contrato com a municipalidade em 11 de setembro de 1926, mas que desde sua inauguração passou por uma crise financeira, ocasionando o pedido de transferência de seus representantes dos direitos, obrigações e contas para os possíveis novos donos na empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mossoró caminhava por trajetos tortuosos na busca pelo moderno. Na cidade existia espaço e desejo para que novos equipamentos fossem instalados e comportamentos fossem gerados, mas também havia espaço e inclinação para a burla e a inadequação.

Na análise das burlas e das inadequações da população ao projeto de se construir um cenário moderno, percebeu-se o descompasso entre ideal e real que gerava inadequações dos mossoroenses. Muitas vezes ao novo foi dada uma interpretação não esperada pelas elites ou incompreendida por essas. Não somente as inadequações eram fortes no cotidiano, assim como as permanências do arcaico. O moderno era chamativo, mas perdia espaço para o corriqueiro. As burlas, os males que precisavam ser combatidos, viviam no cotidiano da população.

⁷ Ao se pensar como o autor se denomina Zé, nome bastante comum entre tantos, e Alegre, que lembra que este sabe o que estão fazendo com ele, mas se sente contente ou se deixa enganar.

As permanências do arcaico estavam fortemente enraizadas no cotidiano de Mossoró. Na busca pelo moderno houve mudanças que mexeram com a vida da população, mas essas mudanças não surtiam o efeito pretendido de imediato. Os costumes permaneceram fortes, independente a qual grupo social se pertencia.

Uma elite embriagada com aroma doce das novidades cambaleava pelas ruas de Mossoró, perdida e errante em seus planos de modernização. Mossoró que crescia e progredia, contrastava com a cidade que ainda sofria com animais soltos em suas ruas tortas. As projeções e os desejos de constituição de um cenário urbano moderno dos grupos mais abastados esbarravam nas suas próprias incompreensões e com as inadequações e burlas da população pobre. As permanências do arcaico foram relevantes na formulação desse cenário confuso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)2009. 174f. Mestrado em História. - Centro de ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do norte, Natal, julho de 2009.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 3 ed. 1998.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na História do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- ELIAS, Nobert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.
- FILGUEIRA FILHO, Antonio. et alii, Relatórios, leis e resoluções da intendência municipal de Mossoró 1905-1916. 2a. Ed. ESAM/FGD, 1980.
- IZÍDIO, Erichsen Fernandes Sabóia. Entre modernização, diversão e controle: as práticas dos jogos de azar em Fortaleza na primeira metade do século XX. 2016.167 f. Dissertação (mestrado em história)- Centro de humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande.
- OLIVEIRA, Pedro Vinicius Mendes de Moraes. Tipos a favor e tipos contra a modernidade: empreendedores da nova ordem social versus jogadores e beberrões na imprensa mossoroense (1902-1930). 2017. f. 108. Mestrado em Ciências Sociais e Humanas- Faculdade de Filosofia e Ciências Socais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. IN: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. 2º edição- Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: INTC, 2015.
- THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.